



Comissão Permanente de Pregão III

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.008/2025

Processo Licitatório nº: 23.400/2024

Processo administrativo nº: 23.400/2024

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO** de empresa especializada para o fornecimento de **Material de Limpeza**, para atender as necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: **SILP CATANDUVA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA-EPP**

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa **SILP CATANDUVA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA-EPP**, CNPJ 24.533.613/0001-52, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.008/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 632/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.



Comissão Permanente de Pregão III

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, a impugnante apresenta as seguintes alegações, apontando irregularidades no edital:

- 1) Ausência de solicitação da licença sanitária (SEVISA) e da autorização de funcionamento (ANVISA) para os licitantes e fabricantes, conforme estabelecido pela Lei nº 6.360/1976;
- 2) Requer a apresentação dos laudos bacteriológicos, em conformidade com a RDC nº 774/2023, para o item 18;
- 3) Solicita o reajuste do valor referencial dos produtos solicitados, com base na Lei nº 14.133/2021.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Diante do exposto, solicita a retificação do edital, a fim de que este atenda aos princípios da legalidade, da competitividade, da economicidade e da isonomia.

IV. DO MÉRITO

a) Quanto à ausência de exigência de Licença Sanitária Municipal ou Estadual e Autorização de Funcionamento da ANVISA:

A impugnação questiona a ausência da exigência de Licença Sanitária e Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA para distribuidores e fabricantes de saneantes. Esclarecemos que a AFE da ANVISA é obrigatória apenas para empresas que fabricam, distribuem ou realizam outras atividades relacionadas a saneantes. Para comerciantes varejistas, é suficiente a apresentação da Licença Sanitária Municipal ou Estadual. Produtos que não são classificados como saneantes, como baldes e vassouras, não necessitam dessas autorizações. O edital será alterado para refletir adequadamente essas exigências.

b) Quanto aos laudos bacteriológicos para o item 18 (desinfetante multiuso):

A impugnante solicita a apresentação de laudos bacteriológicos para o desinfetante multiuso (item 18), conforme a RDC nº 774/2023. Reconhece-se a validade da solicitação, mas



Comissão Permanente de Pregão III
esclarece-se que o registro do produto na ANVISA já abrange a avaliação dos testes bacteriológicos exigidos. Dessa forma, a solicitação de laudos adicionais seria redundante e poderia prejudicar a competitividade. O edital será ajustado para exigir apenas a comprovação do registro na ANVISA.

c) Quanto ao reajuste dos valores referenciais dos produtos solicitados:

A impugnação solicita o reajuste dos valores referenciais dos produtos, com base na Lei nº 14.133/2021. Esclarece-se que os preços foram estabelecidos por meio de pesquisa de mercado, conforme o Art. 23 da referida lei, considerando contratos públicos, cotações de mercado e plataformas eletrônicas de compras. A Administração tem o compromisso de garantir a proposta mais vantajosa e evitar preços superestimados. Como não foram apresentadas evidências de que os preços estão abaixo dos padrões de mercado, os valores definidos, com base na pesquisa adequada, serão mantidos.

V. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), subsidiado pela manifestação do setor técnico requisitante (fls. 16 a 19) e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **SILP CATANDUVA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA-EPP**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.008/2025, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**.

Recomenda-se o encaminhamento do processo à Procuradoria geral do Município para análise jurídica do edital, com o objetivo de assegurar sua conformidade com a legislação vigente e garantir que todos os termos estejam alinhados aos princípios legais, prevenindo possíveis questionamentos futuros.

Nova Friburgo, 21 de março de 2024.

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES
Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão IIII
Matricula: 468.036